SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.
2023 jan.-mar.;19(1):5-12
DOI: 10.11606/issn.1806-6976.smad.2023.000220
www.revistas.usp.br/smad/

Editorial

A contemporaneidade e o fenômeno da polarização de ideias: influências no comportamento humano

Margarita Antonia Villar Luis[1]
https://orcid.org/0000-0002-9907-5146

Alisséia Guimarães Lemes[2]
https://orcid.org/0000-0001-6155-6473

A história humana é repleta de momentos em que os seres humanos entraram em embates devidos ao conflito nas formas de pensar e ver o mundo. Na raiz disso em geral estavam as percepções e interpretações atribuídas às diferenças observadas nos demais grupos sociais, peculiaridades que consideravam negativas em seus representantes, relativas a raças/etnias, gêneros, crenças religiosas, as características físicas apresentadas, os hábitos e costumes, as formas de se conduzir no grupo dentre outros. Muito do que desagradou e ainda causa celeuma diz respeito às formas, meios e tecnologias que foram sendo criadas com o estabelecimento dos indivíduos na vida em comunidades e sociedades, as quais os vários grupos foram desenvolvendo ao longo do tempo no compartilhamento de um espaço em comum.

Originaram-se desse contexto e convivência a maneira de organizar o cotidiano: como a divisão social dos grupos, as relações entre eles, formas de trabalho e sua divisão, a atribuição e realização das tarefas, a produção e uso de vestuário e os modos de se apresentar aos demais. Entre as criações incluem-se também o criar e desenvolver meios de cura e tratamento dos males que acometem as pessoas, a divisão dos espaços, os meios e conteúdos de aprendizado do conhecimento acumulado, os valores, normas e leis, a criação de aparatos e práticas para coibir o indesejado, os mecanismos e pessoas com atribuição de responsabilidades para legislar em favor da segurança da comunidade e controlar o comportamento dos grupos, dentre outros.

Esse conjunto exposto, na sua totalidade, conforma a cultura que se expressa na comunidade, na qual a política, segundo percepção própria, pode ser entendida como uma protagonista, integrante desse agregado, uma moldura de crenças, idéias valorizadas e dirigidas a influenciar as pessoas nas maneiras de se conduzir no individual e nas relações com outros humanos e em criar ou propor formas e meios de observar e julgar

[1] Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Centro Colaborador da OPAS/OMS para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

[2] Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, Barra do Garças, MT, Brasil.

Como citar este artigo

Luis MAV, Lemes AG. Contemporaneity and the idea polarization phenomenon: Influences on human behavior. SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. 2023 jan.-mar.;19(1):5-12. [cited ano mês dia]; Available from: URL. https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2023.000220

comportamentos sob a justificativa e alegações de serem necessidades para as quais é preciso buscar e aplicar soluções efetivas que contemplariam as questões sociais. É obvio que assim formulado parece ser lógico e bem-intencionado, as dificuldades aparecem quando as preferências de um grupo se tornam um dogma e buscam prevalecer sobre as dos outros e através da imposição intimidam-nos a seguir um "roteiro" que não é o deles e com o qual não concordam.

Para entender o contexto atual ou o pano de fundo contemporâneo

A compreensão dos eventos da atualidade, freqüentes aos observadores mais argutos demandam leituras de pensadores das ciências humanas que forneçam elementos para ajudar nesse empreendimento. O sociólogo Zygmunt Bauman parece ser um deles, pois com suas obras desperta nos leitores a reflexão necessária para tentar compreender as mudanças que foram se processando na humanidade com a passagem de uma sociedade sustentada em pilares institucionais, estruturados solidamente para a modernidade fluida vivenciada na contemporaneidade. Ele expõe de maneira lúcida e crítica os termos dessa modernidade de forma a favorecer a compreensão sobre o funcionamento deste novo mundo em que os seres humanos precisam lidar com múltiplos desafios.

Em sua obra Bauman[1-3] traz argumentos e explicações que levam a entender os motivos para denominar a sociedade atual de "modernidade líquida". Entre suas considerações fundamentais evidencia a dificuldade de observar os "contornos", dentre outros indicadores que definiam a sociedade no passado. Para esse sociólogo contemporâneo não estão presentes e visíveis "a maioria dos pontos de orientação, marcados solidamente, que indicavam uma situação social mais duradoura, segura e confiável do que o tempo de uma vida". Isso sem sombra de dúvida remete à reflexão de como se dá a vida em comunidade atualmente. Ele enfatiza que o modelo econômico adotado em nível global e em curso repercutiu nas mudanças vivenciadas pelos membros dessa comunidade, que ao longo dos anos foram processuais e culminaram no cenário observado.

No contexto atual, não se tem a certeza de que haverá uma memória dos acontecimentos que se mantenha na sociedade nem que pessoas poderão se encontrar novamente em outros momentos. Não há certeza de que aquilo que fazem umas às outras virá no futuro, na forma de um conforto, uma perturbação ou prejuízo, ou seja, não há certeza de que o significado dos atos vá além do episódio ocorrido, de que as conseqüências deles permanecerão com quem os fez mesmo após o seu fim, mantendo-se nas mentes e ações das testemunhas que sobreviverão[2].

Para o autor citado, essa segurança na manutenção das estruturas e outras suposições similares mantinham o ideário filosófico da experiência da vida em comunidade, a qual não pressupõe apenas um agregado de pessoas; para a comunidade acontecer precisa existir "uma tessitura de biografias compartilhadas ao longo de um período duradouro e de uma expectativa mais longa ainda, de interações frequentes e intensas". Na atualidade, essa experiência está ausente na maioria das sociedades ocidentais, daí referir-se ao momento como o de "decadência", "desaparecimento" da comunidade[2] - ao menos como ela era idealizada, conformada e conhecida.

Vivem nas cidades atuais um conjunto diverso e permanente de seres humanos circulando, uma grande multidão de estranhos em constante mudança. A forma das pessoas verem umas às outras se caracteriza pela superficialidade, os encontros são de passagem, mais prenúncio de perigo do que o prazer, então melhor "desviar-se do encontro", já que ele permitiria a descoberta de quem é quem[1-2].

O autor faz essas ponderações muito pertinentes sobre as formas de convívio que foram se consolidando entre categorias de habitantes das cidades e acrescenta a concepção de que os diversos grupos humanos elaboram um "mapa mental" dos espaços da cidade de acordo com o sentido que atribuem aos mesmos; aquilo que não fizer sentido não é percebido, constitui espaços vazios (inclusive seus habitantes). Os "mapas mentais" orientam a movimentação das várias categorias de habitantes, as pessoas com mais recursos econômicos e aquelas com menos acesso a eles raramente entram no radar um do outro, tendo em vista seus respectivos "mapas mentais.

Existem áreas nas cidades que, para dar sentido a esses "mapas", devem manter-se como espaços vazios; são zonas de exclusão e assim permanecem, porque isso permite realçar o significado das outras áreas valorizadas por quem as percebe. Em consequência, nos ditos espaços vazios as pessoas sentem-se perdidas, vulneráveis, se surpreendem e ficam com receio ao verificar que neles existem outras pessoas que lhes são estranhas[1].

Os obstáculos impostos para não favorecer o encontro e a consequente construção desses mapas mentais incentivam a perda de civilidade, pois o autor considera como principal característica desse atributo "a capacidade de interagir com estranhos sem utilizar a própria estranheza contra eles e sem pressioná-los a abandoná-la ou a renunciar alguns dos traços que os tornam estranhos". Entretanto, na sequência, ele discorre sobre a dispensabilidade dessa interação, característica principal dos espaços públicos (mas não civis) e visão contrária á primeira, o que significa

evitar a proximidade física. Como nem sempre o contato com estranhos pode ser evitado, então para não haver a ameaça do "estar junto" (isso incluiria um convite ao "encontro significativo, ao diálogo e a interação") evita-se o contato maior: ver, mas não ouvir o que dizem (um expediente já utilizado em outros momentos históricos). Medidas que Bauman[1] destaca como expedientes "menos detestáveis", ainda assim um "lavar as mãos" perante essa questão.

Tal postura é contraditória em relação ao processo civilizatório em que a humanidade buscou dissipar os estigmas em relação a algumas condições apresentadas pelos humanos, diferentes do esperado e entendidas como sinais indicativos da necessidade de afastamento. Entretanto, segundo Bauman[3], surgem suspeitas de que outros foram sendo criados com o mesmo propósito de se afastar, daí infere-se haver lentidão nas pessoas ou dificuldade de identificar/compreender mensagens expressadas ou projetadas por aqueles indivíduos percebidos como pouco familiares.

Assim, aparecem os motivos para ter medo e daí sua projeção nos estranhos que o provocaram e, na sequência, o medo ceder lugar ao pânico, de que surjam ameaças ao bem-estar da sociedade (sentimento em geral, explorado pelos representantes das políticas locais) e condenar a vida urbana por ser perigosa devido à sua composição muito diversa[3].

Seguindo o pensamento desse autor, depreende-se que humanos são favoráveis a uma "pitada" de diversidade por ser um atrativo na vida social, mas quando é muito ampla percebe-se como algo excessivo para ser assimilado pelas pessoas e lhes transmitir segurança. Por isso, surgem projetos de vida comunitários pautados na simplificação do contexto, com a expectativa de alcançar um mínimo de diversidade com muita homogeneidade nas pessoas que os integrem (pessoas "de bem"). Portanto, uma unidade comunitária baseada na "segregação e manutenção das distâncias"; o "remédio" que se impõe para a ansiedade gerada pela insegurança, canalizada para os cuidados de proteção, e é esse pretenso "comunitarismo" que exacerba ainda mais as reais fontes da insegurança na contemporaneidade[1].

Esse tipo de proteção como forma de lidar com as forças representativas de diferenças, consequentemente de insegurança, endossa interesses de poderes públicos no tocante à não discussão e abordagem acerca do propósito e funções da comunidade sobre as fontes dos problemas reais, geradoras da ansiedade (e do sofrimento que ela causa) na atualidade e que tendem a não estar entre as suas prioridades. Afinal, o enfrentamento requer assumir como relevante "a igualdade de recursos necessários à transformação dos destinos dos indivíduos de direito, em indivíduos de fato e um seguro coletivo contra incapacidades e infortúnios individuais"[2]. Essas intenções constituíam os valores da comunidade quando idealizada na sua origem.

O contexto fluido e em contínua mutação (regras mudam e sem aviso ou um padrão que possa ser identificado) gera essa incerteza, permeada de medos reais e imaginários e de premonições sobre o futuro que assombram as pessoas. O sofrimento gerado por essa condição não é acumulado ou condensado por elas, nem sentido como "uma causa comum" que a todas aflige e que pode ser enfrentada com a união de forças numa ação conjunta. Portanto, a dor é percebida como única e não as une; ao contrário, as separa, conduzindo-as à desconfiança em relação ao outro e à sua individualidade[2].

Nas considerações e alertas trazidos por esse autor no conjunto de sua obra se observam os elementos e fatores que induzem os diversos grupos da sociedade ocidental ao apego a idéias, concepções e práticas que vigoraram no passado, numa tentativa de recuperar uma comunidade que julgam ser a ideal, em especial no atributo segurança, e as tentativas de se agregarem apenas àqueles que pensam da mesma forma, esquecendo que no contexto amplo há outros grupos que também querem o resgate dessa comunidade, baseando-se na valorização de outro ideário diferente do seu, mas que também fazia parte do conjunto ideológico e cultural da mesma comunidade a que todos almejam.

A vida comunitária pode ser melhor do que a atual se as pessoas que a compõem ampliarem sua capacidade de conviver com a diferença e de sentir satisfação nessa tarefa; uma arte que demanda estudo e principalmente o exercício da solidariedade. Um empreendimento válido, já que quanto maior for o esforço para evitar a diferença/diferente, maior será a dificuldade de tolerar sua presença e maior a ansiedade. Com o fenômeno da globalização todos são interdependentes, "ninguém é senhor de seu destino por si mesmo", a separação entre as pessoas só dificulta o gerenciamento das tarefas humanas e o controle das condições sob as quais se enfrentam os desafios de viver, o que para a maioria dos seres humanos só é possível de acontecer de forma coletiva[3].

Precisamente, na realização das tarefas, a comunidade se mostra necessária e também aí é que reside a oportunidade de que venha a se realizar. A comunidade mais próxima do ideal almejado só poderá existir tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mutuo, "com interesses e responsabilidades em relação aos direitos iguais de todos os serem humanos e a mesma capacidade de agir em defesa desses direitos"[3].

Expostos os desafios e esperanças de atingir níveis de convívio civilizados entre todos os que compõem a chamada humanidade, através do pensamento de um sociólogo contemporâneo, que sintetiza não apenas seus argumentos

originais, mas as criações de outros que muito auxiliaram na compreensão do comportamento do homem e dos desdobramentos observados nos últimos anos nas sociedades ocidentais, o foco do texto voltar-se-á para um tema relacionado à complexidade desse contexto, ou seja, a polarização de ideias.

Esse fenômeno tem sido observado aparentemente com mais freqüência entre representantes e seguidores de ideologias políticas afinadas com pautas de comportamento, crenças e costumes, os quais defendem enfaticamente, acreditando que esse ideário constitui o melhor arcabouço para a comunidade, não raro desacreditam com veemência valores, comportamentos e crenças que compõem ideologias políticas diferentes, praticadas por outros grupos não afinados com as suas e, por vezes, até os consideram como inimigos.

Certamente o exposto anteriormente a respeito do momento histórico e social contemporâneo auxilia na compreensão desse fenômeno e a questão que se impõe é: existem teorias e pesquisas científicas a respeito disso? Que resultados apresentaram sobre os efeitos do relacionamento entre as pessoas?

Alguns estudos prévios fundamentados em teorias da psicologia e outras ciências, cuja ênfase é o comportamento humano, têm contribuído com algumas explicações para ajudar a entender a polarização entre grupos e suas repercussões.

Identidade social, psicologia de coalizões e polarização afetiva

A Teoria da Identidade Social[4-5], assim como a Teoria da Psicologia de Coalizões[6], sustentam que os indivíduos são sensíveis a bases de pertença grupal que os conduzem a classificar outras pessoas como pertencentes ao *in-group* (próprio grupo) ou ao *out-group* (outro grupo). Quando tal processo de identificação social entra em jogo, uma sequência de processos psicológicos e condutas sociais torna-se mais prováveis de ocorrer, tais como uma visão estereotipada negativa dos membros do *out-group* (grupo externo ou diferente) e, conseqüentemente, um sentimento de desconfiança em relação aos mesmos. Daí ser maior a probabilidade de ter uma visão positiva dos membros do *in-group*, associada a uma maior disposição em confiar e colaborar com eles[7].

À medida que tais bases ou pautas de pertença grupal predominam, refletem um incremento na tensão entre os grupos que se percebem como rivais ou como ameaça de qualquer tipo; com isso a expectativa é de que as respostas psicológicas preparadas para distinguir *in-group* e *out-group* atinjam níveis mais elevados[8].

Autores[6,9] atribuem essa divisão entre grupos à marca impressa no ser humano de uma trajetória evolutiva, na qual desde o seu início houve e há necessidade de responder recorrentemente, de maneira efetiva, aos problemas sociais (como coordenar ações coletivas e cooperativas) com foco específico na defesa do próprio grupo de grupos rivais.

Embora o fenômeno pareça recente, a percepção de grupos e rivalidades quando envolvem especialmente preferências sobre política partidária tem sido documentada na literatura científica de psicologia e ciências políticas há alguns anos[10-12].

Enquanto cidadãos é notório que as pessoas se identificam com um grupo em termos de temas políticos, partido ou uma liderança política e isso contribui na definição dessa identidade social[13]. Um processo similar parece ocorrer no tocante aos temas ideológicos em geral[14].

Baseados na Teoría da Identidade Social, autores[4-5,15] propuseram a noção de polarização afetiva para descrever o crescente desagrado e hostilidade observada entre alguns grupos de partidários políticos em algumas sociedades. É certo que formar uma identidade social baseada no pertencimento a um grupo não necessariamente implica em odiar as pessoas que se identificam com outros grupos, no entanto os mesmos sustentam que nosso funcionamento psicológico mostra certa tendência para a discriminação entre *in-groups* e *out-groups* e o favoritismo subseqüente pelo grupo ao qual se pertença[16].

Apesar do conflito entre grupos não ser uma necessidade, segundo a psicologia de coalizões é muito fácil ativá-lo e uma vez que isso sucede o mundo surge dividido entre "nós" e "eles", aliados e rivais. Isso é notório no contexto da política, onde as pessoas estabelecem pautas de acordo com lideranças e partidos políticos como de aliança, fidelidade e coalizão[12]. Pesquisadores das ciências políticas sustentam que a polarização afetiva reflete esse processo num estado de hiperatividade[13,15,17].

A polarização afetiva que ocorre a partir do embate de opiniões políticas ou ideológicas pode ser o resultado da soma das pautas que marcam o conflito e a competição entre grupos rivais. Conforme pressupostos da Teoria de Identidade Social, as expressões de linguagem utilizadas no relato de opiniões políticas ou ideológicas manifestadas em tom depreciativo ou agressivo, em direção àqueles com posições opostas, provavelmente são percebidas como pautas disparadoras do conflito grupal e de ameaças e levam a incentivar o favoritismo pelo *in-group*. Tal comportamento

é fator agravante da polarização e gera resultados socialmente nocivos como a erosão da confiança na política e na sua legitimidade[8].

Estudos apontam que a polarização política mostrou forte associação com o incremento da intolerância dirigida a quem expõe opiniões diferentes e à incapacidade para colaborar com quem tem pensamentos distintos e a não legitimar a política e as instituições associadas[18-21]. Além disso, foi observado como socialmente nocivo por gerar nas pessoas redução na amplitude mental para considerar posições diferentes da própria opinião[18-19], reduzir sua capacidade para avaliar de forma neutra e objetiva as habilidades de outros[22], promover sentimentos negativos (cinismo, intolerância) e comportamento hostil[20].

Os seus efeitos também podem transcender o âmbito da política ou de temas políticos, afetando decisões como escolhas de parceiro afetivo ou amigos, parcerias de trabalho[23] e de pessoas para compartilhar um espaço como um bairro para morar[24]. Pode afetar ainda as expressões de generosidade em relação a pessoas desconhecidas[10].

Com base nessas afirmações, é lícito considerar que a polarização de idéias políticas pode ser um fator em potencial com conseqüências negativas que afetem a confiança entre as pessoas.

A confiança parece ser um bom indicador de resultados socialmente desejáveis, tanto no aspecto micro como no macro. Investigações mostram que maiores níveis de confiança generalizada estão associados a relações próximas bem sucedidas no âmbito individual e a maior desenvolvimento econômico no nível social[25-26].

Parece que os países da América Latina vêm se constituindo numa região do mundo em que os índices de confiança entre as pessoas e em relação às instituições públicas e políticas têm se mostrado preocupantes, já que se mantiveram em nível descendente na última década[27], fenômeno que deve ser encarado pelos pesquisadores como um evento social relevante.

Também em outro país das Américas foi identificado, em estudo realizado a partir de dados de levantamentos em séries de tempo[15], que a crescente hostilidade entre grupos partidários contribuiu para a existência da polarização (afetiva) política nos EEUU observada nas últimas décadas. Além disso, outros estudos no mesmo país evidenciaram que o discurso das lideranças políticas com uso de linguagem moral e carregado emotivamente estava associado a uma maior difusão de suas mensagens nas redes sociais[28-29], o que representa um ganho adicional para essas lideranças.

Mason[30] foi mais contundente e afirmou que se alguns partidos políticos abertamente apoiassem normas de interação política civilizada, o conflito e o preconceito partidário poderiam ser reduzidos. Porém a própria autora argumenta que isso é altamente improvável de acontecer sem intervenção secundária. Pelas motivações das lideranças políticas em incentivar o conflito e as interações incivilizadas, para chamar a atenção e atender o objetivo de atrair votos. A mídia com viés partidário tem incentivos similares. Ou seja, de ambas as partes não se vislumbram expectativas de mudanças de posturas.

Sintetizando, a polarização afetiva sobre temas políticos ou ideológicos se caracteriza por respostas emocionais negativas desencadeadas por estímulos que podem ser percebidos como pautas de conflito entre grupos. Este tipo de conduta parece nocivo no âmbito individual influenciando escolhas, modificando o comportamento, com incentivo a atitudes hostis, intolerantes e de desconfiança para com o diferente, isso tudo pode gerar sofrimento, insegurança, portanto, ter um custo na saúde mental das pessoas.

No âmbito da sociedade também é considerado nocivo, na medida em que no contexto das democracias modernas, os cidadãos e lideranças devem estar dispostos a interagir de maneira civilizada, respeitar e inclusive colaborar com os que discordam de suas ideias e métodos[21,31].

A questão é: como limitar as exteriorizações negativas derivadas da polarização política e ideológica? A resposta pode ser encontrada em alguns estudos das ciências humanas, que ajudam a compreender a complexidade do comportamento psíquico e social do ser humano e também a sua disposição em colaborar.

Há uma evidente convergência em ramos do conhecimento científico que sustentam o argumento de que as pessoas têm tendência a seguir normas sociais que revertam em benefícios para todos, quando estas lhes são apresentadas de forma explícita. Isso foi evidenciado em pesquisas fundamentadas na Psicologia Social[32-39].

Com base nesse pressuposto pode-se afirmar que é possível ser bem-sucedido em mensagens com conteúdo normativo que apelem para a superação das diferenças políticas entre as pessoas, com vistas a estabelecer vínculos de confiança resultando em colaborações frutíferas.

De acordo com a Teoria do Foco Normativo, dirigir a atenção das pessoas para aderirem a uma dada norma, quanto está explícito que o resultado será benéfico para a população, tende a incrementar a probabilidade de seu cumprimento. Tal hipótese recebeu apoio empírico em diferentes domínios tais como o descarte do lixo em espaços públicos[31], em doação de recursos financeiros[40-41], doação de órgãos, e outras iniciativas sociais como o estímulo

ao pagamento de impostos, economia de energia, reciclagem de lixo[42]; até em iniciativas voltadas à prevenção de situações que envolviam possibilidade de roubo[43] e desestímulo à corrupção em empreendimentos econômicos[44-45].

Frente à exposição dessas iniciativas e das teorias que as embasaram evidencia-se a existência da possibilidade de acordo e cooperação mútua entre as pessoas, desde que as questões sejam apresentadas de maneira que pressuponham com clareza os benefícios que possam atingir a todos, as idéias e projetos políticos também podem ser colocados da mesma forma e sem incentivar a polarização, desde que haja interesse de quem as expressa.

Como sugestão, recomenda-se o desenvolvimento de projetos e propostas para incentivar a cooperação e a tolerância entre as pessoas de forma a serem inclusivas com todos aqueles que consideram diferentes por não seguirem seus padrões valorizados, pois do convívio diverso nascem idéias e criações novas que podem fazer diferença no cotidiano futuro. Dessa convivência mais solidária podem surgir relações mais pautadas no afeto e compreensão o que certamente, reverterá em diminuição da ansiedade, desconfiança, hostilidade, portanto, numa vida social com maior propensão das populações a alcançarem níveis de saúde mental positivos.

Há um caminho amplo a ser desvendado no tema, ainda mais com o contexto atual incerto e mutável que se vivencia, por isso sugere-se o desenvolvimento de estudos sobre efeitos das mensagens que explicitem normas prescritivas (condutas socialmente apropriadas), que busquem reduzir o distanciamento social e a desconfiança que poderiam gerar a polarização afetiva, bem como realizar novos estudos sobre outras eventuais conseqüências do fenômeno entre os grupos da população. Os resultados das investigações poderiam reverter em recomendações para elaborar políticas públicas baseadas na utilização de mensagens normativas que se mostraram bem-sucedidas, dentre outras iniciativas.

Referências

1. Bauman Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar; 2001. 280 p.
2. Baumam Z. Comunidade: a busca da segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar; 2003. 144 p.
3. Bauman Z, Dessal G. O retorno do Pêndulo: sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido. Rio de Janeiro: Zahar; 2017. 146 p.
4. Tajfel H. Experiments in Intergroup Discrimination. Sci Am [Internet]. 1970 [cited 2022 Jun 4];223(5):96-103. Available from: https://www.jstor.org/stable/24927662
5. Tajfel H, Turner J. An Integrative Theory of Intergroup Conflict. In: Hogg MA, Abrams D, editors. Intergroup relations: essential readings [Internet]. Philadelphia, PA: Psychology Press; 2001 [cited 2022 Mar 15]. p. 96-109. Available from: https://psycnet.apa.org/record/2001-01466-005
6. Tooby J, Cosmides L. Groups in mind: The coalitional roots of war and morality. In: Hogh-Olesen H, editor. Human morality and sociality: Evolutionary and comparative perspectives. New York: Red Globe Press; 2010. p. 91-234.
7. Balliet D, Wu J, Dreu CKW de. Ingroup Favoritism in Cooperation: a meta-analysis. Psychol Bull. 2014;140(6):1556-81. https://doi.org/10.1037/a0037737
8. Voci A. The link between identification and in-group favouritism: Effects of threat to social identity and trust-related emotions. Br J Soc Psychol. 2006;45(Pt2):265-84. https://doi.org/10.1348/014466605X52245
9. Bowles S. Being human: conflict: Altruism´s midwife. Nature. 2008;456:326-7. https://doi.org/10.1038/456326a
10. Iyengar S, Westwood SJ. Fear and Loathing across Party Lines: New Evidence on Group Polarization. Am J Political Sci. 2015;59(3):690-707. https://doi.org/10.1111/ajps.12152
11. Mason L. A cross-cutting calm: How social sorting drives affective polarization. Public Opin Q. 2016;80(S1):351-77. https://doi.org/10.1093/poq/nfw001
12. Pietraszewski DO, Curry S, Petersen MB, Cosmides L, Tooby J. Constituents of political cognition: Race, party politics, and the alliance detection system. Cognition. 2015;140:24-39. https://doi.org/10.1016/j.cognition.2015.03.007
13. Van Babel JJ, Pereira A. The partisan brain: An identity-based model of political belief. Trends Cognitive Sci. 2018;22(3):213-24. https://doi.org/10.1016/j.tics.2018.01.004
14. Mason L. Ideologues without issues: The polarizing consequence of ideological identities. Public Opin Q. 2018;82(S1):866-87. https://doi.org/10.1093/poq/nfy005
15. Iyengar S, Sood G, Lelkes Y. Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective on Polarization. Public Opin Q. 2012;76(3):405-31. https://www.jstor.org/stable/41684577
16. Mutz D, Reeves B. The New Videomalaise: Effects of Televised Incivility on Political Trust. Am Polit Sci Rev. 2005;99(1):1-15. https://doi.org/10.1017/S0003055405051452

17. Garrett RK, Gvirsman SD, Johnson BK, Tsfati Y, Neo R, Dal A. Implications of pro- and counter attitudinal information exposure for affective polarization. Commun Res. 2014;40(3): 309-32. https://doi.org/10.1177/0093650212449353
18. Borah P. Does It Matter Where You Read the News Story? Interaction of Incivility and News Frames in the Political Blogosphere. Commun Res. 2014;41(6). https://doi.org/10.1177/0093650212449353
19. Hwang H, Kim Y, Kim Y. Influence of Discussion Incivility on Deliberation: An Examination of the Mediating Role of Moral Indignation. Commun Res. 2018;45(2). https://doi.org/10.1177/0093650215616861
20. Layman GC, Carsey TM, Horowitz JM. Party polarization in American politics: Characteristics, causes, and consequences. Annu Rev Polit Sci. 2006;9:83-110. https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.9.070204.105138
21. McCoy J, Rahman T, Somer M. Polarization and the global crisis of democracy: Common patterns, dynamics, and pernicious consequences for democratic polities. Am Behav Sci. 2018;62(1):16-42. https://doi.org/10.1177/0002764218759576
22. Marks J, Copland E, Loh E, Sunstein CR, Sharot T. Epistemic spillovers: Learning others' political views reduces the ability to assess and use their expertise in nonpolitical domains. Cognition. 2019;188:74-84. https://doi.org/10.1016/j.cognition.2018.10.003
23. Huber G, Malhotra N. Political homophily in social relationships: Evidence from online dating behavior. J Polit. 2017;79(1):269-83. https://doi.org/10.1086/687533
24. Shafranek RM. Political considerations in nonpolitical decisions: A conjoint analysis of roommate choice. Polit Behav. 2021;43:271-300. https://doi.org/10.1007/s11109-019-09554-9
25. Algan Y, Cahuc P. Trust, Growth, and Well-Being: New Evidence and Policy Implications. In: Aghion P, Durlauf SN, editors. Handbook of Economic Growth [Internet]. 1. ed. Amsterdam: Elsevier; 2014 [cited 2022 May 23]. p. 49-120. Available from: https://docs.iza.org/dp7464.pdf
26. Algan Y, Guriev S, Papaioannou E, Passari E. The European Trust Crisis and the Rise of Populism. Brook Papers Econ Act [Internet]. 2017 [cited 2022 Jun 18];2:309-82. Available from: https://www.jstor.org/stable/90019460
27. Corporación Latinobarómetro. Informe 2018 [Internet]. Santiago de Chile: Corporación Latinobarómetro; 2018 [cited 2022 Jun 18]. 82 p. Available from: https://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf
28. Sobieraj S, Berry JM. From Incivility to Outrage: Political Discourse in Blogs, Talk Radio, and Cable News. Political Commun. 2011;28:19-41. https://doi.org/10.1080/10584609.2010.542360
29. Brady WJ, Wills JA, Burkart D, Jost JT, Van Bavel JJ. An ideological asymmetry in the diffusion of moralized content on social media among political leaders. J Exp Psychol Gen. 2019;148(10):1802-13. https://doi.org/10.1037/xge0000532
30. Mason L. Uncivil Agreement: How Politics Became Our Identity. Chicago: The University of Chicago Press; 2018. 192 p.
31. Levendusky M. Partisan Media Exposure and Attitudes Toward the Opposition. Political Commun. 2013;30(4):565-81. https://doi.org/10.1080/10584609.2012.737435
32. Cialdini RB, Reno RR, Kallgren CA. A focus theory of normative conduct: Recycling the concept of norms to reduce littering in public places. J Pers Soc Psychol. 1990;58(6):1015-26. https://doi.org/10.1037/0022-3514.58.6.1015
33. Fehr E, Fischbacher U. Social norms and human cooperation. Trends Cogn Sci. 2004;8(4):185-90. https://doi.org/10.1016/j.tics.2004.02.007
34. Quervain DJF, Fischbacher U, Treyer V, Schellhammer M, Schnyder U, Buck A et al. The neural basis of altruistic punishment. Science. 2004;305(5688):1254-8. https://doi.org/10.1126/science.1100735
35. Buckholtz JW, Asplund CL, Dux PE, Zald DH, Gore JC, Jones OD, et al. The Neural Correlates of Third-Party Punishment. Neuron. 2008;60(5):930-40. https://doi.org/10.1016/j.neuron.2008.10.016
36. Ruff CC, Ugazio G, Fehr E. Changing social norm compliance with noninvasive brain stimulation. Science. 2013;342(6157):482-4. https://doi.org/10.1126/science.1241399
37. Richerson PJ, Boyd R. Not by genes alone: How culture transformed human evolution. Chicago: University of Chicago Press; 2006. 342 p.
38. Chudek M, Henrich J. Culture-gene coevolution, norm-psychology and the emergence of human prosociality. Trends Cogn Sci. 2011;15(5):218-26. https://doi.org/10.1016/j.tics.2011.03.003
39. Coleman JS. Foundations of Social Theory. Cambridge: Harvard University Press; 1990. 1014 p.
40. Krupka E, Weber RA. The focusing and informational effects of norms on pro-social behavior. J Econ Psychol. 2009;30(3):307-20. https://doi.org/10.1016/j.joep.2008.11.005

41. Senci CM, Breccia F, Freidin E. Attention to prescriptive norms increases Dictator Game generosity in women but not men: Using the 2D:4D digit ratio to test the role of biology. J Psychol Psychother Res. 2020;7:20-31. https://doi.org/10.12974/2313-047.2020.07.2

42. Lourenço JS, Ciriolo E, Almeida RRV, Troussard X. Behavioural insights applied to policy: European Report. Luxembourg: Publications Office of the European Union; 2016.

43. Cialdini RB, Demaine LJ, Sagarin BJ, Barrett DW, Rhoads K, Winter PL. Managing social norms for persuasive impact. Soc Influence. 2006;1(1):3-15. https://doi.org/10.1080/15534510500181459

44. Abbink K, Freidin E, Gangadharan L, Moro R. The effect of social norms on bribe offers. J Law Econ Organ. 2018;34(3):457-74. https://doi.org/10.1093/jleo/ewy015

45. Senci CM, Hasrun H, Moro R, Freidin E. The influence of prescriptive norms and negative externalities on bribery decisions in the lab. Rationality Soc. 2019;3(3):287-312. https://doi.org/10.1177/1043463119853893

Autor correspondente:
Margarita Antonia Villar Luis
E-mail: margarit@eerp.usp.br
https://orcid.org/0000-0002-9907-5146

Copyright © 2023 SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.
Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY.
Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.